COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO - CECRED

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nº 006/2017

AB: 31/12/2016

Rua Redenção, 66 – Cep 03060-010 – Tels.: (011) 2796-2977 – 2796-2978 – Tel/Fax: (011) 2796-2979
sacho@sachoauditores.com.br
São Paulo - SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Srs.
Diretores e Conselheiros da
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO – CECRED
Blumenau – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO – CECRED, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO – CECRED em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO – CECRED continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de janeiro de 2017.

SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC – 2SP 017.676/O-8

MARCELO MACHADO DE ANDRADE
CRC – 1SP 223.997/O-8

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO - CECRED
CNPJ: 05.463.212/0001-29

BALANÇO PATRIMONIAL
(Valores em milhares de reais)

ATIVO	Nota explitativa	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		**2.078.647**	**1.463.136**
DISPONIBILIDADES	**4**	**23**	**21**
APLICACOES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	**5**	**1.136.790**	**397.312**
Aplicações em operações compromissadas		1.136.790	397.312
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**5**	**847.165**	**953.336**
Títulos de Renda Fixa - Carteira própria		797.703	771.836
Vinculados a Prestação de Garantias		49.462	181.500
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**6**	**1.323**	**6.005**
Repasses Interfinanceiros		1.934	6.214
(-) Provisão para perdas em Repasses Interf.		(611)	(209)
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**7**	**35.290**	**42.518**
Transferências Internas de Recursos		35.290	42.518
OPERAÇÕES DE CREDITO	**8**	**40.372**	**50.330**
Operações de Crédito		42.245	53.013
(-) Provisão para Operações de Crédito		(1.873)	(2.683)
OUTROS CRÉDITOS	**9**	**13.028**	**10.467**
Rendas a Receber		100	146
Diversos		12.928	10.321
OUTROS VALORES E BENS	**10**	**4.656**	**3.147**
Outros valores e bens		28	63
Despesas antecipadas		4.628	3.084
NÃO CIRCULANTE		**559.045**	**243.581**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**540.850**	**226.244**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**5**	**400.732**	**125.954**
Títulos de Renda Fixa - Carteira própria		138.793	51.586
Vinculados a Prestação de Garantias		261.939	74.368
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**6**	**98.568**	**34.529**
Repasses Interfinanceiros		98.568	34.529
OPERAÇÕES DE CREDITO	**8**	**41.547**	**65.758**
Operações de Crédito		41.547	65.758
OUTROS CREDITOS	**9**	**3**	**3**
Diversos		3	3
PERMANENTE		**18.195**	**17.337**
INVESTIMENTOS	**11**	**3**	**3**
Outros Investimentos		3	3
IMOBILIZADO DE USO	**11**	**6.744**	**7.248**
Outras Imobilizações de Uso		17.674	15.674
(-) Depreciação Acumulada		(10.930)	(8.426)
DIFERIDO	**11**	**-**	**220**
Ativos Diferidos		-	3.322
(-) Amortização Acumulada		-	(3.102)
INTANGÍVEL	**11**	**11.448**	**9.866**
Ativos Intangíveis		23.226	18.253
(-) Amortização Acumulada		(11.778)	(8.387)
TOTAL DO ATIVO		**2.637.692**	**1.706.717**

PASSIVO	Nota explitativa	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		**2.332.046**	**1.505.925**
DEPÓSITOS	**12**	**2.261.869**	**1.419.065**
Depósitos à Prazo		2.261.869	1.419.065
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**13**	**24.282**	**26.110**
Repasses Interfinanceiros		24.282	26.110
RELAÇÕES INTERDEPENDENCIAS	**14**	**739**	**1.726**
Recursos em Transitos de Terceiros		739	1.726
OBRIGAÇÕES POR EMPRESTIMOS E REPASSES	**15**	**1.922**	**6.130**
Emprestimos no País - Outras Instituições		1.922	6.130
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**16**	**43.234**	**52.894**
Fiscais e Previdenciárias		1.031	1.179
Diversos		42.203	51.715
NÃO CIRCULANTE		**98.569**	**34.564**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**98.569**	**34.564**
OBRIGAÇÕES POR EMPRESTIMOS E REPASSES	**15**	**98.569**	**34.564**
Emprestimos no País - Outras Instituições		98.569	34.564
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**207.077**	**166.228**
CAPITAL SOCIAL	**18**	**207.077**	**166.228**
Capital Social		207.077	166.228
TOTAL DO PASSIVO		**2.637.692**	**1.706.717**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Moacir Krambeck
Presidente do Conselho de Administração

Ivo José Bracht
Diretor Executivo

Marcos Roberto Linhares Imme
Contador Responsável
CRC SC: 025638/O-8
CPF: 028.326.629-51

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO - CECRED
CNPJ: 05.463.212/0001-29

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS / PERDAS
(Valores em milhares de reais)

	2016 2º SEMESTRE	2016 EXERCICIO	2015 EXERCICIO
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**144.915**	**258.653**	**160.274**
Operações de Crédito	9.238	18.784	16.353
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	135.677	239.869	143.921
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(144.915)**	**(258.653)**	**(160.274)**
Operações de Captação no Mercado	(142.078)	(254.086)	(157.539)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.975)	(4.975)	(1.321)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	138	408	(1.414)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	-	-	-
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	-	-	-
Outras Receitas Operacionais	35.933	67.786	60.376
Despesas de Pessoal	(20.478)	(38.988)	(34.849)
Outras Despesas Administrativas	(15.146)	(28.434)	(25.460)
Outras Despesas Operacionais	(309)	(364)	(67)
RESULTADO OPERACIONAL	-	-	-
SOBRAS / PERDAS LÍQUIDAS	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Moacir Krambeck
Presidente do Conselho de Administração

Ivo José Bracht
Diretor Executivo

Marcos Roberto Linhares Imme
Contador Responsável
CRC SC: 025638/O-8
CPF: 028.326.629-51

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO - CECRED
CNPJ: 05.463.212/0001-29

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Valores em milhares de reais)

	2016 EXERCICIO	2015 EXERCICIO
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-
Ajustes ao Resultado do Exercício:	-	-
Depreciação e amortização	3.882	4.810
SUB TOTAL	**3.882**	**4.810**
VARIAÇÕES DE ATIVOS E PASSIVOS		
(Aumento) redução de títulos e valores mobiliários	(168.607)	(158.349)
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras ativas	25.131	(3.005)
(Aumento) redução em repasses interfinanceiros	(59.356)	(27.785)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras ativas	7.228	(9.035)
(Aumento) redução em operações de crédito	34.168	(11.387)
(Aumento) redução em outros créditos	(2.561)	(248)
(Aumento) redução em outros valores e bens	(1.508)	(754)
Aumento (redução) em depósitos	842.804	407.142
Aumento (redução) interfinanceiras passivas	(1.828)	(2.725)
Aumento (redução) em relações interdependências passivas	(986)	(188)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos e repasses	59.797	27.923
Aumento (redução) em outras obrigações passivas	(9.660)	9.449
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**728.504**	**235.848**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição (baixa) de imobilizado de uso	(2.467)	(3.186)
Aquisição (baixa) de intangível / diferido	(5.124)	(5.050)
Recebimentos/baixas por imobilizados, diferidos e intangíveis	2.851	111
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(4.740)**	**(8.125)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de capital pelas coop. filiadas	40.848	39.348
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**40.848**	**39.348**
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**764.612**	**267.071**
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	372.202	105.131
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	1.136.814	372.202

Moacir Krambeck
Presidente do Conselho de Administração

Ivo José Bracht
Diretor Executivo

Marcos Roberto Linhares Imme
Contador Responsável
CRC SC: 025638/O-8
CPF: 028.326.629-51

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	TOTAL
Período de 01/01/2015 a 31/12/2015		
Saldo do início do período	**126.880**	**126.880**
1 - Integralização de capital	39.348	39.348
Saldo final do período	**166.228**	**166.228**
Mutações do período	**39.348**	**39.348**
Período de 01/01/2016 a 31/12/2016		
Saldo do início do período	**166.228**	**166.228**
1 - Integralização de capital	40.849	40.849
Saldo final do período	**207.077**	**207.077**
Mutações do período	**40.849**	**40.849**
Período de 30/06/2016 a 31/12/2016		
Saldo do início do período	**172.730**	**172.730**
1 - Integralização de capital	34.347	34.347
Saldo final do período	**207.077**	**207.077**
Mutações do período	**34.347**	**34.347**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Moacir Krambeck
Presidente do Conselho de Administração

Ivo José Bracht
Diretor Executivo

Marcos Roberto Linhares Imme
Contador Responsável
CRC SC: 025638/O-8
CPF: 028.326.629-51

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO – CECRED

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ANO DE 2016

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED, constituída em 13/09/2002, é uma instituição financeira, sociedade cooperativa, sem fins lucrativos e não sujeita à falência, tendo por objeto apoiar o desenvolvimento e a integração das suas Cooperativas filiadas, disponibilizando produtos e serviços, fomentando o cooperativismo e supervisionando o cumprimento da legislação e dos seus estatutos sociais.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Cooperativa autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 12 de janeiro de 2017, as quais foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e aquelas aplicadas às entidades cooperativas, associadas às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são registrados mensalmente, de acordo com o regime de competência que estabelece que os ingressos e os dispêndios devam ser incluídos na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Caixas e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, depósitos bancários, investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias;

c) Aplicações Interfinanceiras e Títulos e valores mobiliários

A carteira está apresentada pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e está segregada no balanço entre ativo circulante e não circulante, efetuadas de acordo com os respectivos prazos de vencimentos dos títulos. Considerando que para as aplicações com liquidez imediata, com o propósito de serem negociadas, independente do prazo de vencimento foram classificadas no ativo circulante.

As rendas auferidas de Aplicações Interfinanceiras e Títulos e Valores Mobiliários, Operações de Crédito e Repasses Interfinanceiros foram integralmente repassadas às Cooperativas filiadas, assim como as despesas foram custeadas pelas mesmas, conforme previsto no artigo 174 do Regimento Interno.

d) Operações de crédito

As operações de crédito estão atualizadas pelas taxas contratadas até a data do balanço e estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por, no mínimo, cinco anos em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, obedecendo-se aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, em especial àqueles definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g) Investimentos

Compreendem o registro de marca e patente e das cotas junto à CONFEBRAS.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada que é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 11 "Permanente", item "b", as quais levam em consideração a vida útil econômica dos bens e são emanadas da legislação fiscal.

i) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado pelo valor de custo e contempla gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e são emanadas da legislação fiscal, conforme mencionado na Nota 11 "Permanente", item "d".

j) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis, com prazos inferiores a 360 dias, estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

k) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, atualizados pelos encargos exigíveis até a data do balanço.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses estão atualizadas pelos encargos contratados até a data do balanço.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Provisões para despesas e encargos trabalhistas

As provisões para despesas e encargos trabalhistas conhecidos e/ou passíveis de apuração são contabilizadas de acordo com a Carta Circular nº 2.294/92, do Banco Central do Brasil.

p) Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de passivos contingentes são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN.

As Provisões são constituídas quando as perdas forem avaliadas como prováveis, levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. E aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e classificados como perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos, os quais são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dessas estimativas e premissas em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Composição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Depósitos bancários	23	21
Operações compromissadas (LTN)	1.136.790	302.410
Depósitos Interfinanceiros	-	69.771
Total	**1.136.813**	**372.202**

Valores em milhares de reais.

NOTA 5 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

As aplicações interfinanceiras e os títulos e valores mobiliários estão assim compostos e segregados:

a) Composição:

Composição	31/12/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Operações compromissadas com lastro em Títulos Públicos	1.136.790	-	302.410	-
Operações Compromissadas Debêntures	-	-	25.131	-
Operações Definitivas LFT	195.683	196.792	285.119	34.668
Depósitos Interfinanceiros	-	-	69.771	-
Letras Financeiras	74.012	198.932	58.437	85.819
Cotas de Fundos de Investimento	557.470	5.008	609.780	5.467
Total	**1.983.955**	**400.732**	**1.350.648**	**125.954**

Valores em milhares de reais.

b) Segregação por vencimento:

Segregação	31/12/2016	31/12/2015
Com Liquidez Imediata		
A vencer até 1 ano	1.235.613	599.074
A vencer acima de 1 ano	748.342	751.574
Sem Liquidez Imediata		
A vencer até 1 ano	37.197	26.991
A vencer acima de 1 ano	363.535	98.963
Total	**2.384.687**	**1.476.602**

Valores em milhares de reais.

As aplicações financeiras em carteira da Cecred estão todas contabilizadas no Ativo como Circulante e Não Circulante de acordo com o seu prazo de liquidez.

NOTA 6 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

As relações interfinanceiras estão assim compostas:

Composição	31/12/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Repasses interfinanceiros	1.934	98.568	6.214	34.529
(-) Provisão p/ Perdas em Repasses Interfinanceiros	(611)	-	(209)	-
Total	**1.323**	**98.568**	**6.005**	**34.529**

Valores em milhares de reais.

NOTA 7 – RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

As relações interdependências estão assim compostas:

Composição	31/12/2016	31/12/2015
Numerários em custódia de terceiros	35.290	42.518
Total	**35.290**	**42.518**

NOTA 8 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de crédito está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação

Composição	31/12/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos	-	-	11.954	-
Financiamentos	42.245	41.547	41.059	65.758
(-) Provisão para operações de crédito	(1.873)	-	(2.683)	-
Total	**40.372**	**41.547**	**50.330**	**65.758**
Limite de crédito rotativo contratado	12.000.000		12.000.000	

Valores em milhares de reais.

b) Composição da carteira de crédito por níveis de risco:

Nível de risco	% de provisão	31/12/2016		31/12/2015	
		Operações em curso normal	Provisão	Operações em curso normal	Provisão
A	0,5	4.027	(20)	3.654	(18)
B	1,0	27.011	(270)	39.434	(394)
C	3,0	52.754	(1.583)	75.683	(2.271)
Total		**83.792**	**(1.873)**	**118.771**	**(2.683)**

Valores em milhares de reais.

Não houveram operações baixadas como prejuízo no exercício de 2016.

NOTA 9 – OUTROS CRÉDITOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Composição	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	**13.028**	**10.467**
Serviços prestados a receber	100	146
Adiantamentos e antecipações salariais	602	519
Adiantamentos para pagamentos nossa conta	-	1
Pagamentos a ressarcir	101	14
Devedores diversos – país	357	228
Valores a receber cooperativas filiadas	11.867	9.518
Outros devedores	1	41
Não Circulante	**3**	**3**
Devedores por depósitos em garantia	3	3
Total	**13.031**	**10.470**

Valores em milhares de reais.

NOTA 10 – OUTROS VALORES E BENS

Os valores classificados no grupo de outros valores e bens estão assim compostos:

Composição	31/12/2016	31/12/2015
Material de estoque	28	63
Despesas antecipadas	4.628	3.084
Total	**4.656**	**3.147**

Valores em milhares de reais.

NOTA 11 – PERMANENTE

a) Investimentos

Composição	31/12/2016	31/12/2015
Outras Participações	1	1
Outros Investimentos	2	2
Total	**3**	**3**

Valores em milhares de reais.

b) Imobilizado de uso

Composição	Taxa anual	31/12/2016			31/12/2015
		Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Móveis e equipamentos em estoque	-	279	-	279	168
Instalações	*	1.524	(828)	696	143
Móveis e equipamentos de uso	10%	999	(527)	472	479
Sistema de comunicação	10%	227	(88)	139	103
Sistema de processamento de dados	20%	14.369	(9.277)	5.092	6.321
Sistema de segurança	10%	276	(210)	66	34
Total		**17.674**	**(10.930)**	**6.744**	**7.248**

Valores em milhares de reais.

* Conforme o prazo de locação do imóvel.

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

c) Diferido

Composição	Taxa Anual	31/12/2016			31/12/2015
		Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	*	-	-	-	201
Constituição e reestruturação da sociedade	*	-	-	-	19
Direitos de uso de software	20%	-	-	-	-
Total		**-**	**-**	**-**	**220**

Valores em milhares de reais.

* Conforme o prazo de locação do imóvel.

d) Intangível

Composição	Taxa Anual	31/12/2016			31/12/2015
		Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Direitos de uso de software (adquiridos antes de 01/10/13)	20%	7.775	(7.122)	653	1.782
Direitos de uso de software (adquiridos a partir de 01/10/13)	20%	15.451	(4.656)	10.795	8.084
Total		**23.226**	**(11.778)**	**11.448**	**9.866**

Valores em milhares de reais.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Os Recibos de Depósito Cooperativo – RDC das Cooperativas Filiadas tem carência de 30 dias e liquidez diária após esse prazo, e taxa de juros na razão de 99,5% do CDI do período aplicado.

Composição:	31/12/2016	31/12/2015
Recibo Depósito Cooperativo – RDC Pós	2.261.869	1.419.065
Total	**2.261.869**	**1.419.065**

Valores em milhares de reais.

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

As relações interfinanceiras estão apresentadas a seguir:

Instituição	31/12/2016	31/12/2015
	Circulante	Circulante
Centralização financeira - c/c Cooperativas filiadas	24.282	26.110
Total	**24.282**	**26.110**

Valores em milhares de reais.

NOTA 14 – RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Compreendem a centralização dos recursos de concessionários de serviços públicos e privados recebidos pelas Cooperativas filiadas, através do convênio da CECRED, a serem repassados àqueles.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Os empréstimos e repasses são apresentados no quadro abaixo:

Instituição	31/12/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
REPASSES BNDES – FINAME	55	439	-	38
REPASSES BNDES - MICROCRÉDITO	-	93.949	-	33.635
OBRIGAÇÕES POR REPASSES - CEF	1.867	4.181	6.130	891
Total	**1.922**	**98.569**	**6.130**	**34.564**

Valores em milhares de reais.

NOTA 16 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

As obrigações diversas, classificadas no passivo do grupo de outras obrigações, estão assim compostas:

Composição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e contribuições a recolher	1.031	1.179
Provisão para despesas de pessoal	5.804	5.123
Provisão para despesas administrativas	322	232
Provisão para passivos contingentes	15	-
Compe a liquidar	527	2.350
Outras contas a pagar/repassar	2.689	1.771
Contas a repassar (TIB/Numerários)	6.275	13.995
Reserva de risco de valores – RRV CECRED	1.143	1.218
Reserva de risco de valores – RRVTA CECRED	1.071	810
Fornecedores	3.038	2.582
Fundo garantidor de depósitos – FGCECRED	15.571	18.951
REFAP Cecred	4.183	4.390
Reserva de Risco de Fraudes Eletrônicas – RRF CECRED	723	-
Credores diversos	842	293
Total	**43.234**	**52.894**

Valores em milhares de reais.

NOTA 17 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, conforme análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para contingências cíveis e trabalhistas no montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso.

Os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados nos quadros a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor Estimado de Perda	Valor Provisionado	
			31/12/2016	31/12/2015
Trabalhista	Possível	502		-
Cível	Provável	15	15	-
	Possível	225	-	-
Total		**742**	**15**	**-**

Valores em milhares de reais.

Movimentação	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	-	-
Baixa por pagamento	-	-
Constituição (reversão) de provisão	15	-
Saldo Final	**15**	-

Valores em milhares de reais.

Em 31 de Dezembro de 2016, a Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R$ 3 mil, registrados no seu ativo, conforme mencionado na Nota 9 “Outros Créditos”, os quais estão relacionados a estas contingências.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social está representado pela participação de 14 Cooperativas filiadas no exercício findo e está assim composto:

Composição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social (Valores em milhares de reais)	207.077	166.229
Total de associados	14	14

NOTA 19 – PARTES RELACIONADAS

a) Pessoal-Chave da Administração

O pessoal-chave da administração da Cooperativa abrange os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, e da Diretoria Executiva, os quais têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Instituição. Em cumprimento ao pronunciamento técnico CPC 05, bem como a Política de Governança do Sistema CECRED, divulgamos abaixo o montante dos valores referentes à honorários, cédula de presença e gratificações realizada aos mesmos na competência do exercício findo.

Natureza	31/12/2016			31/12/2015		
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Nº de membros	15	6	4	15	6	4
Honorários Cédula de Presença Gratificações	812	128	1.293	748	122	993

Valores em milhares de reais.

NOTA 20 – SEGUROS

Há contratos de seguro patrimonial e civil em montantes considerados adequados para a cobertura de eventuais riscos.

NOTA 21 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Está em fase de elaboração a definição das regras, dos procedimentos e dos controles para atribuição do risco de crédito e da constituição de provisão para cobertura de eventuais perdas relacionadas às garantias financeiras prestadas aos parceiros comerciais para operacionalização de produtos financeiros as Cooperativas filiadas. Desta forma, não foi possível divulgar os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção dos procedimentos contábeis estabelecidos pela Resolução nº 4.512/16 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

Moacir Krambeck	Ivo José Bracht
Presidente do Conselho de Administração	Diretor Executivo

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Marcos Roberto Linhares Imme

Contador Responsável

CRC SC: 025638/O-8

CPF: 028.326.629-51